



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de seguro com coberturas diversas ("incêndios, queda de raios, explosão, fumaça e queda de aeronaves; vendaval, furacão e ciclone; roubo e furto qualificado de bens; danos elétricos; tumultos, greves, "lockout"), para o imóvel onde funciona o Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas do Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE/PA, compreendendo na cobertura tanto o prédio quanto as urnas eletrônicas ali armazenadas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL A SER SEGURADO (R\$)	VALOR DO PRÊMIO (R\$)
1	Prestação do serviço de seguro patrimonial, com fornecimento da apólice correspondente	13.943	Serviço	1	R\$ 102.607.655,61	R\$64.560,10

1.1.1. Código do serviço retirado do catálogo de compras do Governo Federal ([Catálogo ComprasGOV](#)). Em caso de divergência entre as especificações descritas no CATSER e as constantes deste TR e anexos, prevalecerão as últimas.

1.1.2. O detalhamento completo do serviço e das coberturas encontra-se no Anexo I deste Termo de Referência.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.3. O objeto será **adjudicado por item único**, conforme definido nos estudos técnicos preliminares.

1.4. O prazo de vigência do contrato será pelo período de **12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura, **prorrogável por até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação e demais cláusulas obrigatórias.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2025**, conforme detalhamento a seguir:

I) Portaria: 23.423/2024;

II) Anexo: IV;

III) Item: 42;

IV) ID PCA no PNCP: 05703755000176-0-000001/2025 link (<https://pncp.gov.br/app/pca/05703755000176/2025>). ID do Item no PCA nº 60.165 (Serviço);

V) Data de publicação no PNCP: 29/11/2024.

2.3 A demanda de serviços está perfeitamente alinhada ao objetivo estratégico FSPE - Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral - PEJEP 16-21, *ao garantir a proteção patrimonial de bens essenciais (urnas eletrônicas e infraestrutura de armazenamento), mitigando riscos que poderiam comprometer a logística e a segurança das eleições*. A fonte de recursos vem da União, através Ação Orçamentária 20 GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral. Classificação de despesa 33.90.39.69 - SEGUROS EM GERAL.

2.4. Conforme análise detalhada no tópico 2.11 do Estudo Técnico Preliminar, a natureza específica do serviço (seguro patrimonial) está de acordo com o Plano de Logística Sustentável - PLS do Tribunal.

2.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507/2018, da IN SEGES nº 5/2017 e da Resolução TSE nº 23.702/2022, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, destacando-se os principais tópicos abaixo:

3.1.1 A solução a ser contratada consiste na **prestação de serviço de seguro patrimonial**, com o fornecimento da apólice correspondente, para o imóvel onde funciona o Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas (NGUE) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA) e para as urnas eletrônicas ali armazenadas.

3.2 Essa contratação visa **garantir a proteção patrimonial de bens essenciais (imóvel e urnas eletrônicas)**, mitigando riscos que poderiam comprometer a logística e a segurança das eleições, o que está alinhado ao objetivo estratégico FSPE - Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral - PEJEP 16-21.

Considerando o ciclo de vida do objeto (o serviço de seguro), a solução funcionará da seguinte maneira:

- **Início e Emissão da Apólice:** Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá emitir a apólice de seguro correspondente em até 15 (quinze) dias úteis. Essa apólice formaliza as coberturas contratadas e informações essenciais como dados da seguradora, datas de vigência, valor do prêmio, limites

de garantia e indenização.

- **Vigência da Cobertura:** O contrato terá um prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, com possibilidade de prorrogação. Durante este período, os bens (imóvel e urnas armazenadas no NGUE) estarão segurados contra os riscos específicos listados, como incêndios, roubo, danos elétricos, entre outros. É importante notar que as urnas que estiverem fora do prédio do NGUE por conta da eleição não estarão cobertas pelo seguro contratado.
- **Gestão e Fiscalização do Contrato:** Durante a vigência, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e gestor(es) do contrato designados pelo TRE/PA. A comunicação formal entre as partes ocorrerá por escrito, podendo incluir mensagem eletrônica.
- **Procedimentos em Caso de Sinistro:** Em caso de ocorrência de um sinistro coberto pela apólice, o Contratante (TRE/PA) avisará a seguradora (Contratada). A Contratada terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para iniciar o atendimento e avaliação dos danos.
- **Pagamento da Indenização:** Após a avaliação e entrega da documentação completa, a Contratada deverá garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, descontada a Participação Obrigatória do Segurado (POS) definida. A indenização visa reparar os danos ou prejuízos decorrentes dos riscos segurados.
- **Renovação e Reajuste (na prorrogação):** Ao final do período de 12 meses, caso haja interesse na prorrogação, a Contratada deverá apresentar uma nova apólice. O valor do prêmio poderá ser reajustado, considerando a atualização do valor segurado dos bens (imóvel e urnas) e a aplicação do IPCA/IBGE acumulado.
- **Finalização do Contrato:** Ao término da vigência contratual (seja no prazo inicial ou após prorrogações), o serviço de seguro cessa, conforme os termos pactuados. Procedimentos específicos de transição e finalização não se aplicam, dada a natureza da contratação.

3.3 Em essência, a solução de seguro funciona como uma rede de proteção financeira para os bens essenciais do TRE/PA, ativada em caso de sinistros específicos, com procedimentos claros para a emissão da apólice, gestão do contrato, avaliação e indenização de danos. Os detalhes técnicos das coberturas, dos bens segurados (características das urnas e do imóvel) e dos valores envolvidos estão pormenorizados em outros anexos e seções deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na legislação ambiental, notadamente na Lei nº 12.305, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no **Plano de Logística Sustentável do TRE/PA** e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

- Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por formato totalmente digital;
- Disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir cartões de PVC que demoram décadas para se decompor;

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade definidos visam alinhar a contratação aos princípios de desenvolvimento sustentável, reduzir impactos ambientais e sociais, e garantir a eficiência e a durabilidade das soluções implementadas. Sua adoção é respaldada pela legislação vigente e pelas boas práticas de compras públicas sustentáveis.

4.2. Requisitos legais

4.2.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Lei Complementar nº 123, de 2006 - institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Decreto-Lei nº 73/1966 - dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.**
- **Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 - regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 168, de 14 de fevereiro de 1967, e nº 296, de 28 de fevereiro de 1967.**

4.3. Da possibilidade de subcontratação

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Vistoria

4.4.1 A avaliação prévia das instalações do NGUE onde os bens serão segurados é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 15:00 horas, mediante prévio agendamento junto ao Núcleo Gestor de Urnas do

4.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. A vistoria não é obrigatória, mas recomendada. As licitantes que optarem por não realizá-la não poderão alegar desconhecimento das condições para justificar o não cumprimento das obrigações ou solicitar acréscimos de preços.

4.4.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.6. Todas as licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação do pregão, conforme o caso, uma das DECLARAÇÕES constantes do **Anexo IV** do Termo de Referência (DECLARAÇÃO DE LICITANTE QUE O OPTOU PELA VISTORIA TÉCNICA ou DECLARAÇÃO DE LICITANTE QUE NÃO REALIZOU A VISTORIA TÉCNICA).

4.5. Da Garantia de Execução Contratual

4.5.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme justificativas apresentadas nos estudos técnicos preliminares.

4.6 Margem de preferência/Tratamento Diferenciado ME/EPP

4.6.1 Não será adotada margem de preferência prevista no art. 26 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de regulamentação da matéria.

4.6.2 A Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, § 4º, Inc. VIII, expressa a impossibilidade de se beneficiar de seus dispositivos a pessoa jurídica que "exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar".

4.6.3 A vedação ainda encontra amparo no Decreto Lei nº 73, de 21 de Novembro de 1966, Art. 24, que dispõe que "apenas Sociedades Anônimas e Cooperativas, devidamente autorizadas" poderão operar seguros privados.

4.7 Considerações sobre a participação de cossegueros na licitação

4.7.1 É permitida a participação de seguradoras em regime de cosseguero, nos termos do Art. 25 e seguintes da Resolução CNSP Nº 451, de 19 de dezembro de 2022.

4.7.2 A proposta deverá ser apresentada, pela seguradora líder, elencando cosseguradora(s), bem como a participação de cada entidade na aceitação dos riscos do objeto do contrato de seguro em pauta.

4.7.3 Na apólice, no certificado individual, na proposta e em quaisquer materiais promocionais do cosseguero, deverá constar o nome de todas as sociedades seguradoras participantes, seu respectivo CNPJ e, por extenso, os respectivos limites de responsabilidade máxima assumida.

4.7.4. A constituição do cosseguero deverá ser efetivada por compromisso público ou particular, assumido em conjunto pela seguradora líder e por cada uma da(s) cosseguradora(s), com a declaração expressa de que valerá para todos os termos do Edital, fases da licitação e, no caso da proposta vencedora, para a Apólice.

4.7.5 A seguradora participante da licitação na condição de cosseguradora está obrigada, a exemplo da seguradora líder, a apresentar todos os documentos de habilitação, bem como aceitar todas as demais condições estabelecidas em Edital.

4.7.6 A seguradora líder será responsável pela administração do contrato e representará os interesses das demais seguradoras, inclusive na ocasião de sinistros, obedecendo às normas e instruções dos órgãos regulador e fiscalizador de seguros sobre operações de seguro e cosseguero.

4.8. Considerações sobre a possibilidade de participação de Pessoa física

4.8.1. Não será permitida a participação de pessoas físicas, uma vez que o Decreto Lei nº 73, de 21 de Novembro de 1966, Art. 24, que dispõe que "apenas Sociedades Anônimas e Cooperativas, devidamente autorizadas" poderão operar seguros privados".

4.9 Considerações sobre a participação de corretora de seguros

4.9.1 Não será permitida a apresentação de proposta por meio de corretora de seguros, seja pessoa física ou jurídica, com fundamento no artigo 122 do Decreto-Lei 73/1996 e Acórdão TCU 600/2015.

4.10 Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação.

4.10.1. Não há vedação a participação de cooperativas de seguros, conforme Art. 24 do Decreto Lei 73/1966 (redação da lei complementar 213/2025)

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Execução

5.1.1 Prazo de Execução: o seguro/apólice terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.1.2 Emissão da Apólice:

5.1.2.1 A apólice deverá ser emitida em até **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificado no item 3.9.1 deste Termo de Referência.

5.1.2.2 Na apólice deverão constar, além das condições gerais e especiais para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações mínimas, conforme item 3.9.2 deste Termo de Referência:

- Identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ.
- Datas de início e fim de vigência da apólice.
- Valor do prêmio.

- Coberturas contratadas.
- Limite máximo de garantia da apólice.
- Limite máximo de indenização.
- Participação obrigatória do segurado, por cobertura contratada.
- Dados de contato da central da empresa para sinistros e outras informações relevantes.

5.2 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

5.2.1 Das características gerais dos bens móveis

a) Urnas eletrônicas embaladas em caixas de papelão, cujos valores constam nas tabelas do Anexo I deste Termo de Referência.

b) As especificações técnicas resumidas das urnas eletrônicas seguem abaixo:

	Processador	Memória RAM	Memória armazenamento interno	Perímetro criptográfico na CPU	Fonte inteligente	Teclado do TM	Display do TE	Teclado do TE	Impressora	Leitor biométrico	Bateria
UE2022	Intel® Atom™ E3940 1.6 GHz	4GB DDR3L	4GB M2 SATA Soquetada	Sim	Sim	Digital Sensível ao toque	LCD 10,1" Policromático	Mecânico	Térmica com comunicação USB criptografada	HID DP5360	Lítio-Ferro-Fosfato 9Ah
UE2020	Intel® Atom™ E3940 1.6GHz	4GB DDR3L	4GB M2 SATA Soquetada	Sim	Sim	Digital Sensível ao toque	LCD 10,1" Policromático	Mecânico	Térmica com comunicação USB criptografada	HID DP5360	Lítio-Ferro-Fosfato 9Ah
UE2015	Intel® Atom™ Z510P	512MB DDR2	Flash card 512MB	Sim	Sim	Mecânico	LCD 10,1" Policromático	Mecânico	Térmica com comunicação USB criptografada	Futronic FS-81 HS	Chumbo-ácido 7Ah

UE 2022 (8.179 unidades)	UE 2020 (9.760 unidades)	UE 2015 (4.944 unidades)
Processador: Intel® Atom™ E3940 1.60 GHz	UE2020 Processador: Intel® Atom™ E3940 1.60 GHz	UE2015 Processador: Intel® Atom™ Z510P1.10GHz
Memória RAM: 4GB DDR3L	Memória RAM: 4GB DDR3L	Memória RAM: 512MB DDR2
Memória interna: 4GB M2 SATA Soquetada	Memória interna: 4GB M2 Soquetada	Memória interna: Flash Card 512MB
Possui hardware de segurança: Sim	Possui hardware de segurança: Sim	Possui hardware de segurança: Sim
Perímetro criptográfico certificado ICP-Brasil: Sim	Perímetro criptográfico certificado ICP-Brasil: Sim	Perímetro criptográfico certificado ICP-Brasil: Não
Possui fonte de energia inteligente: Sim	Possui fonte de energia inteligente: Sim	Possui fonte de energia inteligente: Sim
Teclado do Terminal do Mesário: Digital Sensível ao toque	Teclado do Terminal do Mesário: Digital Sensível ao toque	Teclado do Terminal do Mesário: Mecânico
Display do Terminal do Eleitor: LCD 10,1" Policromático	Display do Terminal do Eleitor: LCD 10,1" Policromático	Display do Terminal do Eleitor: LCD 10,1" Policromático
Teclado do Terminal do Eleitor: Mecânico	Teclado do Terminal do Eleitor: Mecânico	Teclado do Terminal do Eleitor: Mecânico
Impressora Térmica com comunicação USB criptografada	Impressora Térmica com comunicação USB criptografada	Impressora Térmica com comunicação USB criptografada
Leitor biométrico: HID DP5360 com comunicação criptografada	Leitor biométrico: HID DP5360 com comunicação criptografada	Leitor biométrico: Futronic FS-81 HS
Bateria: Lítio-Ferro-Fosfato 9Ah	Bateria: Lítio-Ferro-Fosfato 9Ah	Bateria: Chumbo-ácido 7Ah

 <p>— Ano de fabricação: 2023</p> <p>— Fabricante: Positivo Tecnologia</p> <p>— Quantidade adquirida: 221.998</p> <p>— Situação: Em uso</p>	 <p>— Ano de fabricação: 2021</p> <p>— Fabricante: Positivo Tecnologia</p> <p>— Quantidade adquirida: 224.999</p> <p>— Situação: Em uso</p>	 <p>— Ano de fabricação: 2016</p> <p>— Fabricante: Diebold</p> <p>— Quantidade adquirida: 95.885</p> <p>— Situação: Em uso</p>
--	---	---

5.2.2. Das características gerais do bem imóvel:

- a) O Núcleo Gestor de Urnas Eletrônicas é um imóvel próprio do Tribunal.
- b) Localização : Conjunto Cidade Nova II, Travessa WE 13, s/n, Bairro Coqueiro, Ananindeua-PA, CEP. 67.130-410.
- c) Mapa Google : <https://goo.gl/maps/Zz7Yy9qG76tbw4YC6>.
- d) **Nunca ocorreram sinistros de quaisquer espécies no imóvel, que já está em uso como Núcleo Gestor de Urnas desde 2002, há 23 anos.**
- e) O imóvel conta com vigilância armada 24 h em guarita no portão de acesso.
- f) O Núcleo de urnas possui as seguintes dimensões: Área interna: 2.743 m²; Área externa: 1.076,45 m²; Área Total: 3.819,46 m²; Coordenadas GMT -1,369688, -48,408451.
- g) O Núcleo de urnas do Tribunal Regional Eleitoral do Pará é uma Unidade Administrativa do Tribunal (NGUE) que conta atualmente com três servidores e aproximadamente 20 colaboradores que atuam diariamente dentro de sua estrutura.
- h) As atividades desenvolvidas dentro do Núcleo são primariamente administrativas, ou seja, atividades de escritório e, também, atividades de almoxarifado e depósito, com estoque de material permanente (mobiliário, eletroeletrônicos, equipamentos de informática, urnas eletrônicas, baterias, cabinas para urnas e material de consumo (papel, toner, material para escritório, material de limpeza, etc.).
- i) Além disso, os colaboradores que atuam naquela estrutura realizam diariamente (segunda a sexta e, em período eleitoral, domingo a domingo), sob a supervisão dos servidores, a movimentação e a manutenção preventiva de 400 a 600 urnas por dia, ou seja, a movimentação interna de urnas no Núcleo é constante e praticamente ininterrupta.
- j) O prédio possui uma estrutura tipo mezanino que ocupa 70% da área do prédio do Núcleo Gestor, formando uma estrutura interna parcial de dois andares.
- k) Ambos os andares são utilizados tanto para armazenamento de materiais quanto para manutenção preventiva e corretiva de urnas. A área administrativa funciona no andar superior.
- l) Ambos os andares possuem divisórias de ambientes internos em alvenaria e em estruturas montáveis de vidro/madeira. Existe também divisão do ambiente intermo por meio de grades que atuam, principalmente, no controle de fluxo e proteção de equipamentos/materiais.
- m) O armazenamento das urnas ocorre em pallets com empilhamento de até 4x10 urnas, separados um do outro por uma distância aproximada de um metro.
- n) O Acesso ao andar superior se faz por meio de escadas e por uma rampa lateral. Não há elevador no ambiente.
- o) A movimentação de materiais entre os dois andares é feita através da rampa ou de uma empilhadeira elétrica, através de abertura protegida por grade móvel no mezanino. A movimentação dentro do mesmo pavimento é feita através de carros hidráulicos (transpaletes).
- p) Não há atendimento ao público externo no prédio.
- q) O prédio a ser assegurado possui sistemas protecionais e de combate ao incêndio, conforme descrito a seguir:
 - quatro hidrantes, dois em cada andar, com bomba de pressurização, tubulação de aço galvanizado de 2 ½, mangueira e bocais
 - Sistema de abastecimento de água subterrânea, poço artesiano, conjunto moto- bomba com 02 bombas centrífugas de 03 CV, rede de recalque e reservatório elevado com capacidade de 20 m³;
 - Rede de distribuição d'água fria;
 - brigada de incêndio, com funcionários treinados e habilitados para operar os sistemas protecionais;
 - extintores de incêndio.
- r) A planta do imóvel encontra-se em PDF no Anexo II do Termo de Referência.
- s) Imagens ilustrativas do imóvel encontram-se no Anexo III do Termo de Referência.

5.2.3 Procedimentos em Caso de Sinistro e Indenização

5.2.3.1 O seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos decorrentes dos riscos discriminados no **Anexo I** deste

Termo de Referência.

5.2.3.2 Em caso de sinistro, o prazo máximo de início do atendimento/avaliação dos danos causados aos bens móveis e imóveis será de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do aviso emitido pelo Contratante;

5.2.3.3 A CONTRATADA deve garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP;

5.2.3.4 As urnas que estiverem armazenadas nas zonas eleitorais do interior do Estado por conta da eleição - o que ocorre, normalmente, entre julho e dezembro do ano eleitoral, e estiverem fora, portanto, do prédio do Núcleo Gestor, estarão descobertas do seguro contratado.

5.2.3.5 A Participação Obrigatória do Segurado (POS) está definida também no Anexo I e, em caso de sinistro, deverá ser descontada do valor total da indenização a ser paga.

5.3 Materiais a serem disponibilizados

5.3.1 Dada a natureza da contratação, não haverá fornecimento de materiais.

5.4 ESPECIFICAÇÕES DA GARANTIA CONTRATUAL, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.4.1 A CONTRATADA garante a prestação dos serviços de seguro em conformidade com a apólice emitida, as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, a proposta vencedora, e a legislação aplicável, em especial o Código Civil, o Decreto-Lei nº 73/1966 e as normas expedidas pela SUSEP, obrigando-se a indenizar os sinistros cobertos nos termos pactuados.

5.5 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5.1 Não se aplicam, dada a natureza da contratação.

5.6 São obrigações da Contratante e do Contratado

5.6.1 As condições de execução e obrigações específicas do objeto estão dispostas no ETP e neste Termo de Referência, especialmente nos tópicos requisitos da contratação, descrição da solução como um todo, modelo de execução do objeto e modelo de gestão do contrato.

5.6.2 O termo de contrato definirá as obrigações gerais da contratação, de acordo com o modelo padronizado e disposições normativas.

6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1. A presente contratação não envolve o tratamento de dados pessoais, motivo pelo qual não foram incluídas cláusulas relacionadas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o Tribunal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano de execução da contratada, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6.1. A fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.6.2 Cada indicado atuará no âmbito de sua competência, de acordo com as disposições deste Termo de Referência, e encaminhando o processo ao Gestor para as providências de sua responsabilidade.

7.7. Atribuições do fiscal do contrato

7.7.1. Acompanhar a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.3. Emitir notificações para a correção de qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.4. Informar o gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.7.5. Comunicar imediatamente o gestor do contrato sempre houver ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.7.6. Comunicar o gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à

prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.7.7. Cuidar dos registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, ao gestor do contrato, aquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.7.8. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.9. Atuar tempestivamente na solução do problema, caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, reportando à autoridade superior para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.8. Atribuições do Gestor do contrato

7.8.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.8.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto será realizada com base nos critérios de gestão do contrato (item 7) e de recebimento do objeto, abaixo indicados, com vistas à aferição da qualidade da prestação dos serviços e pagamento, não sendo utilizado na presente contratação o IMR, conforme justificativas constantes do ETP.

8.2 Do recebimento

8.2.1 O serviço de cobertura securitária, formalizado pela emissão da Apólice de Seguro e acompanhado do respectivo documento de cobrança do prêmio pela Contratada, será recebido provisoriamente no prazo de **5 (cinco) dias úteis** pelo fiscal do contrato, contados da data de recebimento da referida Apólice. (Ref. Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Art. 22, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.1.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.2.2 O *recebimento provisório* ocorrerá mediante Termo Detalhado emitido pelo fiscal do contrato, após verificação da **conformidade da Apólice** com as especificações técnicas (coberturas, limites, importâncias seguradas, bens identificados) e administrativas (dados das partes, período de vigência, valor do prêmio) estabelecidas neste Termo de Referência, seus anexos e na proposta aceita da Contratada. (Ref. Art. 22, X e Art. 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.2.1 O Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca da conformidade da Apólice e eventuais ocorrências identificadas, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para subsidiar o recebimento definitivo.

8.2.3 Caso sejam identificadas **incorreções, omissões ou divergências na Apólice emitida** em relação às condições contratuais ou legais, a Contratada fica obrigada a saná-las integralmente, às suas expensas, **providenciando a devida correção ou endosso**, no prazo a ser determinado pela fiscalização.

8.2.3.1 A Apólice poderá ser **rejeitada**, no todo ou em parte (caso envolva múltiplos itens com erros distintos), se estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e na proposta aceita. Neste caso, a Contratada deverá emitir nova Apólice ou Endosso corrigido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis pelo atraso ou descumprimento, e os prazos de recebimento serão reiniciados.

8.2.4 A cobertura securitária será *recebida definitivamente* no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, designado pela autoridade competente, após a **verificação final da conformidade da Apólice e da efetiva ativação da cobertura contratada**, mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

8.2.4.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) quanto ao cumprimento das obrigações iniciais assumidas pelo contratado (emissão correta da apólice), com menção ao seu desempenho nesta fase, baseado nos critérios contratuais, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Ref. art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.4.2 Realizar a análise dos relatórios e da documentação apresentada pela fiscalização (incluindo o Termo de Recebimento Provisório) e, caso haja irregularidades que impeçam o aceite definitivo ou a liquidação da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.2.4.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo da cobertura securitária, com base nos relatórios e documentações apresentadas que atestem a conformidade;

8.2.4.4 Comunicar ao setor competente a conformidade da Apólice e da prestação inicial do serviço para fins de liquidação da despesa, ou autorizar a Contratada a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao prêmio devido, caso ainda não tenha sido apresentada.

8.2.4.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de pagamento para a formalização do procedimento de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.2.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.2.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.3 Liquidação

8.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.3.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.3.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.3.2.1 o prazo de validade;

8.3.2.2 a data da emissão;

8.3.2.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.3.2.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.3.2.5 o valor a pagar; e

8.3.2.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.3.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.3.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.3.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.3.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.3.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4 Prazo de pagamento

8.4.1 O pagamento será efetuado **em parcela única** no prazo máximo de até **dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.4.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula de atualização:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

365

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.5 Forma de pagamento

8.5.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.5.1.1. Em caso de apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo código de barras, o pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Fatura, devendo-se observar a emissão do documento pelo valor líquido, não sendo dispensada a indicação do valor bruto e do valor da retenção tributária.

8.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5.3 Das retenções tributárias:

I. Na ocasião do pagamento, serão efetuadas as seguintes retenções:

I.1. Tributos federais (IR, CSLL, PIS e COFINS) previstos no artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96, e [Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.12, enquadrando o serviço no código 6188 \(Empresas de seguros privados\) da Tabela de Retenção do Anexo I da referida Instrução](#)

Normativa.

II. Para efeito do disposto no tópico I, a empresa deverá destacar no documento fiscal as alíquotas dos tributos e os correspondentes valores, nos termos da respectiva legislação. Em caso de descumprimento desta determinação, a empresa sofrerá a retenção pelas alíquotas máximas previstas.

III. Na hipótese de ocorrer alteração na norma referenciada no tópico I, será aplicada a retenção correspondente prevista na legislação em vigor.

8.5.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5.4.1. Para os fins de comprovação de que trata o item anterior, deverá ser apresentada a declaração de que trata o art. 6º da Instrução Normativa nº 1234/2012, em meio físico ou eletrônico assinado por certificação digital (não será aceito simples cópia digitalizada).

9. DO REAJUSTE

9.1. Após o interregno de um ano contado da data do orçamento estimado, em **13/06/2025**, o valor do prêmio poderá ser reajustado na prorrogação contratual caso haja interesse de ambas as partes, com a metodologia de cálculo descrita no item 9.2.

9.1.1. O limite máximo para o reajuste previsto nesta cláusula - variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - poderá ser calculado com base no índice acumulado dos últimos 12 (doze) meses contados da data da data do orçamento estimado, em **13/06/2025** ou do mês subsequente ao último reajuste concedido.

9.1.2 O cálculo realizado servirá como base para a próxima apólice a ser emitida, em caso de prorrogação contratual

9.2 Procedimento de Reajuste na Prorrogação Contratual

9.2.1 No caso de prorrogação do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar nova apólice do seguro com cobertura anual, a vigor a partir do dia e do horário imediatamente seguintes à expiração da apólice anterior, sendo que o valor do novo prêmio poderá ser atualizado mediante a reavaliação dos bens móveis e imóveis.

9.2.2 A Coordenadoria de Edificações (COEDI) apresentará a atualização do Limite Máximo de Indenização referente ao prédio do NGUE, após o período de 12 (doze) meses contados a partir do orçamento estimado.

9.2.2.1 Pode ser que não haja variação no valor do valor segurado de um ano para outro.

9.2.3 No que diz respeito às Urnas Eletrônicas, o valor segurado considerará os valores e quantitativos de urnas /modelo extraídos do Sistema de Patrimônio (ASIWeb), após 12 (doze) meses contados a partir do orçamento estimado.

9.2.3.1 Pode ser que não haja variação no valor do valor segurado de um ano para outro.

9.2.4 Os tipos de coberturas básicas e adicionais estabelecidas no contrato original serão mantidos na prorrogação contratual. O recálculo do prêmio, decorrente da atualização do Limite Máximo de Indenização dos bens segurados, abrangerá o prêmio da cobertura básica e de todas as coberturas adicionais a ele vinculadas, aplicando-se as respectivas taxas de prêmio proporcionais apuradas no contrato inicial, antes da incidência do reajuste pelo IPCA.

9.2.5 No caso de alteração no valor do valor Limite Máximo de Indenização conforme itens 9.2.2 e 9.2.3, para fins de prorrogação contratual e emissão da nova apólice, deverá ser aplicada a **taxa de prêmio** fixada na proposta vencedora e incorporada ao contrato inicial, obtida mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada na cobertura.

9.2.6 Observada a manutenção da taxa de prêmio, bem como a atualização do valor segurado (VS / Limite Máximo de Indenização), na forma dos itens 9.9.2 a 9.9.4 acima, o valor do contrato será reajustado, mediante pedido da CONTRATADA, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ocorrida nos últimos doze meses, contados da data do orçamento estimado ou do último reajuste concedido.

9.2.7 Não havendo alteração no valor segurado (Limite Máximo de Indenização), aplicar-se-á o IPCA/IBGE sobre o valor do prêmio do ano anterior.

9.2.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

9.2.9 Seguem abaixo exemplos do cálculo para facilitar o entendimento, **usando de valores e de taxas fictícias**.

	Memória de cálculo (Valores fictícios)	Valor (fictício)
Valor Segurado 2024 (VS)	--	R\$ 51.258.654,32
Valor Prêmio 2025 (VP)	--	R\$ 35.256,35
VP/VS (Taxa de prêmio)	R\$ 51.258.654,32/R\$ 35.256,35	0,0006878126
IPCA Acumulado 12 meses 2024-2025	--	7,35%

	Memória de cálculo (Valores fictícios)	Valor (fictício)
Hipótese 1 - Valor Segurado 2025 (VS 2025) inalterado	--	R\$ 51.258.654,32
Valor do Prêmio 2025 (VS 2024 x Taxa de prêmio)	R\$ 51.258.654,32*0,0006878126	R\$ 35.256,35
Reajuste Ipca (prêmio 2024 + IPCA)	R\$ 35.256,35 + 7,35%	R\$ 37.847,69
Valor final do Prêmio reajustado (VP 2025)	--	R\$ 37.847,69

	Memória de cálculo (Valores fictícios)	Valor (fictício)
Hipótese 2 - Valor Segurado 2024 (VS 2024) reduzido	--	R\$ 45.655.744,23
Valor do Prêmio 2025 (VS 2024 x Taxa de prêmio)	R\$ 45.655.744,23*0,0006878126	R\$ 31.402,60
Reajuste Ipca (prêmio 2024 + IPCA)	R\$ 31.402,60 + 7,35%	R\$ 33.710,69
Valor final do Prêmio reajustado (VP 2025)	--	R\$ 33.710,69

	Memória de cálculo (Valores fictícios)	Valor (fictício)
Hipótese 3 - Valor Segurado 2024 aumentado	--	R\$ 55.255.652,33
Valor do Prêmio 2025 (VS 2024 x Taxa de prêmio)	R\$ 55.255.652,33*0,0006878126	R\$ 38.005,54
Reajuste Ipca (prêmio 2024 + IPCA)	R\$ 38.005,54 + 7,35%	R\$ 40.798,94
Valor final do Prêmio reajustado (VP 2025)	--	R\$ 40.798,94

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO DO ITEM ÚNICO**.

10.1.2. Regime de execução

10.1.2.1. A contratação adotará como regime de execução a **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

10.2. Exigências de habilitação

10.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos abaixo:

10.3. Habilitação jurídica

10.3.1. **Pessoa física**: vedada a participação neste certame (Art. 24 do Decreto-Lei 73/1966).

10.3.2. **Empresário individual ou Microempreendedor individual** : vedada a participação neste certame (Art. 24 do Decreto-Lei 73/1966).

10.3.3. **Sociedade empresária**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; vedada a participação de empresas LTDA Unipessoal EIRELI neste certame (Art. 24 do Decreto-Lei 73/1966). Poderão operar em seguros privados apenas as pessoas jurídicas constituídas sob a forma de sociedade por ações ou de sociedade cooperativa previamente autorizadas pela Susep

10.3.4. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.3.5. **Sociedade simples**: vedada a participação neste certame (Art. 24 do Decreto-Lei 73/1966).

10.3.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.3.7. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.8. **Cosseguros**: Compromisso público ou particular, assumido em conjunto pela seguradora líder e por cada uma da(s) cosseguradora(s), com a declaração expressa de que valerá para todos os termos do Edital, fases da licitação e, no caso da proposta vencedora, para a Apólice.

10.3.8.1. A seguradora participante da licitação na condição de **cosseguradora está obrigada, a exemplo da seguradora líder, a apresentar todos os documentos de habilitação**, bem como aceitar todas as demais condições estabelecidas em Edital.

10.3.9. **A licitante também deverá apresentar a Certidão de Regularidade junto a Superintendência de Seguros Privados e a Certidão de Administradores, ambos emitidos pela SUSEP.**

10.3.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

10.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.6 Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5. Qualificação Econômico-Financeira

10.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

10.5.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

10.5.2.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação**.

10.5.2.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.5.2.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.5.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação (Modelo constante do Anexo IV deste termo de referência).

10.6.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.6.2. Em razão da natureza do serviço, baixo valor da contratação e ausência de complexidade da execução do objeto (baixo risco), não há necessidade de exigência de qualificação técnico-operacional.

10.7. Documentação complementar para cooperativas

10.7.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.7.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

10.7.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.7.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.7.1.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

10.7.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.7.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.7.1.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$64.560,10** (sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais e dez centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11.2. Referencia-se o Anexo I deste Termo de referência que detalha a apólice a ser emitida e todas as suas coberturas e condições.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento ordinário e/ou pleitos da Justiça Eleitoral.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: TRE-PA;

II) Fonte de Recursos: 1000000000 - Ação Orçamentária 20 GP – Julgamento de causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral;

III) Programa de Trabalho / PTRES: [167588];

IV) Elemento de Despesa: [33.90.39.69];

V) Plano Interno: [ADM SEGURO].

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **advertência**, exclusivamente pela infração prevista no subitem 13.1, alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II. **impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelas infrações previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1;
- III. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 13.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, quando as respectivas infrações justificarem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea anterior.

IV. Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o **valor da parcela inadimplida**, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o **valor da parcela inadimplida**, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância dos prazos fixados para emissão da apólice (subseção 5.1.2.1) e atendimento a sinistros (subseção 5.2.3.2).
- 2.1. o atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto.
4. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de recusa em assinar o instrumento de contrato.
5. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do respectivo serviço, na hipótese de recusa em receber a Ordem de Serviço;
6. especial de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento de quaisquer obrigações e/ou condições deste Termo de Referência, não previstas nos subitens desta cláusula (13.2).

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- 1) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 2) as peculiaridades do caso concreto;
- 3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 4) os danos que dela provierem para o Contratante;
- 5) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9. A sanção de **declaração de inidoneidade** é de competência do Presidente do TRE-PA.

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.12.1. O recurso de que trata o subitem acima será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO TR, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado,

não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. RELAÇÃO DE APÊNDICES E ANEXOS

⇒ Apêndice I - Estudos Técnicos Preliminares.

⇒ Anexo I - Termos gerais da Apólice.

⇒ Anexo II - Planta baixa do NGUE.

⇒ Anexo III - Imagens do NGUE.

⇒ Anexo IV - Declaração de licitante que optou ou não pela vistoria técnica.

ANEXO I TERMOS GERAIS DA APÓLICE *(documento externo)*

ANEXO II PLANTA BAIXA DO NGUE *(documento externo em pdf)*

ANEXO III IMAGENS DO NGUE *(documento externo em pdf)*

ANEXO IV MODELOS DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE LICITANTE QUE O OPTOU PELA VISTORIA TÉCNICA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Declaramos em atendimento ao previsto no Termo de Referência que, por intermédio do representante legal da empresa _____, pretensa licitante, Sr(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, devidamente qualificado(a) para esse fim, esteve presente na sede do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ e de que é detentor(a) das informações relativas à execução dos serviços ora licitados, a serem executados nos municípios e endereços relacionados.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura
(representante da Administração)

Assinatura
(representante da Licitante)

DECLARAÇÃO DE LICITANTE QUE NÃO REALIZOU A VISTORIA TÉCNICA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº: _____ e do CPF nº: _____, DECLARA, a completa e inteira responsabilidade na produção das propostas e o compromisso de executar todos os serviços solicitados de acordo com o especificado no Termo de Referência, reconhecendo a utilização de sua experiência técnica, para produção das propostas, como meio alternativo ao comparecimento no TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ para avaliação de execução dos serviços especificados.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura
(representante da Licitante)



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL OLIVEIRA REIS, Técnico Judiciário**, em 20/08/2025, às 13:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DAVE PINHEIRO DA SILVA, Chefe de Seção**, em 20/08/2025, às 13:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2778337** e o código CRC **8410EA94**.

0012769-97.2023.6.14.8000

2778337v4